



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
Avenida Expedição Roncador Xingu, n.º 249 – Centro – Nova Xavantina – MT – CEP 78.690-000
Administração 2017/2020

PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 060, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Altera dispositivos da Lei Municipal n.º 2.011/2017, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal n.º 2.011, de 6 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte correção:

.....
Art. 1º O art. 2º da Lei Municipal n.º 1.639, de 16 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Lei Municipal n.º 1.189, de 02 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

Art. 14-A. A alíquota da contribuição previdenciária de que trata o inciso I do art. 13, é de **15,83% (quinze ponto oitenta e três por cento)**, sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, sendo 13,83 % (treze ponto oitenta e três por cento), referente ao custo normal e 2,00 % (dois por cento) referente à taxa de administração, totalizando **15,83%.”**

.....
Art. 2º Continuam em vigor os demais dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 2.011/2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 26 de outubro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola
Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
Avenida Expedição Roncador Xingu, n.º 249 – Centro – Nova Xavantina – MT – CEP 78.690-000
Administração 2017/2020

MENSAGEM N.º 060, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Exmo. Senhor Presidente;
Exmos. Senhores Vereadores;

O Projeto de Lei, em anexo, o qual temos a honra de submetê-lo à análise e apreciação deste Douto Plenário, *altera dispositivos da Lei Municipal n.º 2.011/2017, e dá outras providências.*

Com o projeto em anexo, estamos procedendo a uma correção, haja vista, que a Divisão de Gabinete, no momento da confecção do projeto e da Lei Municipal n.º 2.011/2017, grafou equivocadamente o percentual de 15,76%, sendo que o correto é 15,83%, conforme já consta da lei em referência.

Esclarecemos que se trata de um “erro formal” que não vicia e nem torna inválida a Lei Municipal n.º 2.011/2017, entretanto, necessário se faz a sua correção.

Dado ao relevante caráter em que se reveste o insigne projeto, solicitamos a costumeira e dispendiosa atenção dos nobres Parlamentares, para a sua tramitação e aprovação de acordo com os procedimentos regimentais desta colenda Casa de Leis.

Atenciosamente,

João Batista Vaz da Silva - Cebola
Prefeito Municipal